

# DIRETRIZ DE FORMAÇÃO CONTINUADA E PERMANENTE DO ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO FECHADO DO ESTADO DO MARANHÃO – ESMA

São Luís



Carlos Orleans Brandão Júnior

Governador do Estado do Maranhão

Felipe Costa Camarão

Vice-governador do Estado do Maranhão

Lília Raquel Silva Souza

Secretária de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular – SEDIHPOP

Sorimar Sabóia Amorim

Fundação da Criança e do Adolescente - FUNAC

Leila dos Santos Menezes

Chefe de Gabinete - FUNAC

Nikson Daniel Souza da Silva

Chefe da Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas – ASPLAN/FUNAC

Cleosilene Protásio de Souza

Diretora Administrativa Financeira – DAF/FUNAC

Lúcia das Mercês Diniz Aguiar

Diretora Técnica - DIRTEC/FUNAC

Jucimeire Moreira Rabelo

Coordenadora de Programas Socioeducativos – CPSE/FUNAC

Eunice da Conceição Fernandes

Coordenação de Programas Socioeducativos Regionalizados - CPSE REG/FUNAC

Alexandro Farias de Sousa

Coordenador de Segurança Socioeducativa da Grande Ilha

Stellius Pontes Sodré

Coordenador Regional de Segurança Socioeducativa

Priscilla Swaze Anchieta Silva

Escola de Socioeducação do Maranhão - ESMA

Equipe de Elaboração

Dione Maria Pereira Baquil Doralice Silva Mendonça José Milton da Silva Marinho Josenilde Diniz Sales



Priscilla Swaze Anchieta Silva Teresa Neumann Almeida Barcelos Thiago Alves Soares

Endereço: Rua Cândido Ribeiro nº 850, Centro, São Luís/MA

CNPJ: 05.632.559/0001-58

E-mail: ESMA@FUNAC.ma.gov.br https://ESMA.FUNAC.ma.gov.br São Luís – Maranhão – 2024



#### **SUMÁRIO**

1 APRESENTAÇÃO	4
2 IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO	6
3 HISTÓRICO INSTITUCIONAL	7
4 MARCO LEGAL	8
5 OBJETIVOS DA FORMAÇÃO CONTINUADA E PERMANENTE	10
5.1 Geral	10
5.2 Específicos	10
6 METODOLOGIA	11
6.1 Trilhas de aprendizagem em socioeducação	14
6.2 Perfil dos facilitadores de conteúdo e cursistas	20
6.2.1 Perfil dos facilitadores de conteúdo da ESMA	21
6.2.2 Perfil do cursista-servidor(a) pós-formação	23
7 AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO	24
7.1 Monitoramento e flexibilidade no planejamento	25
REFERÊNCIAS	26
ANEXOS	27

DO MARANHÃO

ESTADO DO MARANHÃO FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (FUNAC) ESCOLA DE SOCIOEDUCAÇÃO DO MARANHÃO (ESMA)

1 APRESENTAÇÃO

Pensar um fazer pedagógico alinhado a fundamentos teórico-práticos requer reconhecer

e valorizar o saber de cada profissional, a troca de experiências e a reflexão da prática cotidiana.

Esse processo possibilita a construção coletiva do conhecimento, o desenvolvimento do

pensamento crítico para a cidadania e nos direciona a uma educação libertadora.

No contexto da Socioeducação, enquanto política pública voltada ao processo

sociopedagógico de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa, a

formação continuada se torna fundamental. Essa formação deve considerar a perspectiva da Lei

do Sistema Nacional do Atendimento Socioeducativo (SINASE), que se fundamenta em

dispositivos legais nacionais e internacionais, e promover uma reflexão contínua da prática

cotidiana, instituindo, assim, o ciclo permanente de ação-reflexão-ação.

A formação continuada deve ser entendida como uma proposta de aperfeiçoamento que

proporciona uma reflexão crítica da prática à luz das teorias. Associar teoria e prática qualifica

o fazer profissional, tendo como condição básica o conhecimento dos fundamentos teóricos e

sua operacionalização. Além disso, possibilita a construção compartilhada do conhecimento, o

desenvolvimento de habilidades e competências teóricas e técnicas, bem como uma atuação

mais consciente para a garantia e defesa dos direitos previstos na Política da Socioeducação

(Zagury, 2006).

Coerente com os princípios que regem o atendimento socioeducativo, a Fundação da

Criança e do Adolescente, instância pública criada pela Lei Estadual nº 5.650, de 13 de abril de

1993, e vinculada à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular

(SEDIHPOP), tem como finalidade executar medidas socioeducativas de restrição e privação

de liberdade no Maranhão. Esse trabalho ocorre em consonância com o Sistema Único de

Assistência Social (SUAS), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o SINASE e demais

normativas legais.

Considerando as diretrizes do SINASE, que prevê a formação continuada dos

profissionais que atuam no atendimento socioeducativo, torna-se imprescindível incluir todos

os trabalhadores da Fundação da Criança e do Adolescente nesse processo. A formação deve

ESTADO DO MARANHÃO
CRIANCA E DO ADOLESCENTE (FUNA)

FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (FUNAC) ESCOLA DE SOCIOEDUCAÇÃO DO MARANHÃO (ESMA)

garantir conhecimentos, habilidades e atitudes alinhados conceitual, estratégica e

operacionalmente aos princípios do ECA e do Sinase, tornando-se uma base essencial para a

implementação e efetivação de um atendimento qualificado.

O aperfeiçoamento profissional é uma das prioridades desta Fundação e constitui uma

estratégia para o cumprimento de sua missão institucional. Assim, foi criada a Escola de

Socioeducação do Maranhão (ESMA), responsável pelo processo contínuo de formação dos

profissionais que atuam no atendimento socioeducativo com foco em medidas privativas e

restritivas de liberdade. Essa formação também alcança profissionais atuantes em meio aberto,

do Sistema de Garantia de Direitos e a sociedade em geral, promovendo o fortalecimento do

atendimento socioeducativo.

Por fim, este documento registra as diretrizes pedagógicas e institucionais da formação

continuada executada pela Fundação, por meio da Escola de Socioeducação.

5

2 IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO

A Escola de Socioeducação do Maranhão (ESMA), da Fundação da Criança e do

Adolescente (FUNAC), foi instituída por meio da Portaria Conjunta entre a Secretaria de

Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP) e Fundação da Criança e do

Adolescente (FUNAC) nº 1, no dia 5 de setembro de 2016 e publicada no Diário Oficial do

Estado (DOE), no dia 15 de setembro de 2016, também vinculada à Escola Nacional de

Socioeducação (ENS).

A ESMA é vinculada à Escola Nacional de Socioeducação (ENS), enquanto Núcleo

Gestor Estadual, por meio da Portaria nº 4, de 9 de janeiro de 2014 expedida pela Secretaria de

Direitos Humanos da Presidência da República, cujo objetivo é a formação continuada dos

atores do atendimento socioeducativo em consonância com o SINASE, a partir de três núcleos

de formação: Núcleo Básico, Núcleo Específico, com atenção especial ao Núcleo de

Especialização (lato sensu), executado em articulação com a Universidade de Brasília (UnB).

Tem como missão proporcionar a formação continuada e permanente para os diferentes

profissionais, especialmente os que atuam em meio fechado nos 12 (doze) centros de execução

de medidas socioeducativas, localizados nos municípios de São Luís, Imperatriz e Timon, bem

como em meio aberto no atendimento socioeducativo do Estado do Maranhão, Sistema de

Garantia de Direitos, e secretarias e órgãos que atuam direta ou indiretamente de forma

intersetorial com a Socioeducação, além da sociedade em geral.

Endereço: Fonte do Bispo, Rua Cândido Ribeiro nº 850, Centro, São Luís–MA;

CNPJ: 05.632.559/0001-58

Telefone: (98) 98413.8717

E-mail:ESMA@FUNAC.ma.gov.br

Site: www. https://ESMA.FUNAC.ma.gov.br/

3 HISTÓRICO INSTITUCIONAL

A ESMA é um espaço destinado à formação continuada e permanente dos/as

profissionais, gestores e demais atores da rede de atendimento que atuam nas medidas

socioeducativas, especialmente na privação e restrição de liberdade, bem como em meio aberto.

Seu objetivo é fundamentar a prática diária desses profissionais, promovendo a articulação entre

teoria e prática por meio da troca de experiências, da valorização dos saberes e da reflexão

crítica. Essa dinâmica possibilita a sistematização e o registro das práticas institucionais

desenvolvidas, em conformidade com os parâmetros da ENS.

A instituição da ESMA surgiu para dar cumprimento aos parâmetros, regras e diretrizes

que instituem o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, que instituiu "competências

comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, proporcionar a formação

inicial e continuada sobre a temática da infância e adolescência, suas dimensões e

especificidades, aos(às) profissionais que atuam no Sistema de Garantia de Direito (Brasil,

2006).

A ESMA, passou então a ser, em nível de Estado do Maranhão, responsável pelo

processo contínuo de formação dos profissionais que atuam no atendimento socioeducativo,

tanto em medidas privativas e restritivas de liberdade quanto em meio aberto. Essa formação

também alcança profissionais do Sistema de Garantia de Direitos e a sociedade em geral,

promovendo o fortalecimento do atendimento socioeducativo.

A partir dessa estruturação, a ESMA passou a adotar uma matriz metodológica e

curricular estratégica, com trilhas formativas distribuídas em dois núcleos: básico e específico.

Além disso, promove incentivos para processos formativos de pós-graduação lato sensu e

stricto sensu. Com essa iniciativa, busca-se promover a valorização dos saberes profissionais,

a reflexão crítica sobre a prática cotidiana e a construção coletiva do conhecimento e da

memória institucional do sistema socioeducativo.

D DO MARANHÃO

ESTADO DO MARANHÃO FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (FUNAC) ESCOLA DE SOCIOEDUCAÇÃO DO MARANHÃO (ESMA)

4 MARCO LEGAL

A formação continuada e permanente dos profissionais do atendimento socioeducativo

é essencial para enfrentar os desafios relacionados aos adolescentes e jovens em cumprimento

de medidas socioeducativas. Um dos desafios constantes no atendimento é acompanhar as

mudanças sociais que impactam diretamente a realidade e as oportunidades desses

adolescentes. Tais transformações influenciam os processos de crescimento pessoal e social,

demandando a melhoria contínua das práticas, com vistas a produzir mudanças positivas e

construir um novo cenário no cotidiano socioeducativo.

No contexto do sistema socioeducativo, os processos formativos dos profissionais estão

respaldados por diretrizes nacionais e locais, tais como:

a) Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990: dispõe sobre o Estatuto da Criança e

do Adolescente (ECA);

b) Resolução nº 119, de 11 de dezembro de 2006, do Conselho Nacional dos Direitos

da Criança e do Adolescente (CONANDA): regula o Sistema Nacional de

Atendimento Socioeducativo (SINASE);

c) Lei Federal nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012: institui o Sistema Nacional de

Atendimento Socioeducativo (SINASE), regulamentando a execução das medidas

socioeducativas destinadas a adolescentes autores de ato infracional;

d) Resolução nº 244, de 26 de fevereiro de 2024, do CONANDA: institui a Política

Nacional de Formação Continuada para o Sistema de Garantia dos Direitos da

Criança e do Adolescente (SGDCA);

e) Portaria nº 4, de 9 de janeiro de 2014, da Secretaria de Direitos Humanos da

Presidência da República: cria a Escola Nacional de Socioeducação;

f) Portaria Conjunta nº 1, de 5 de setembro de 2016, entre a Secretaria de Direitos

Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP) e a Fundação da Criança e do

Adolescente (FUNAC): trata da implantação da Escola de Socioeducação no

âmbito do Estado do Maranhão.

A trajetória da legislação socioeducativa e suas iniciativas demonstram os pilares que

sustentam a valorização dos profissionais e a garantia da formação continuada. Tal formação

deve ser pautada em demandas concretas, superando os desafios próprios da prática

socioeducativa.

A Lei do SINASE, artigo 3°, inciso V, e 11°, inciso IV, assegura a contribuição da União

para a qualificação dos sistemas socioeducativos e para a necessária formação de recursos

humanos envolvidos na execução dos programas. Isso viabiliza a valorização dos profissionais

e possibilita a vinculação de recursos federais ao processo de qualificação do atendimento

socioeducativo, alinhando teoria e prática (Brasil, 2012).

Além disso, o art. 23 do SINASE destaca a importância dos processos formativos para

a avaliação das entidades executoras do atendimento socioeducativo. Essa avaliação visa

identificar o perfil e o impacto da atuação profissional em suas diversas dimensões

institucionais. Entre as políticas abordadas, destaca-se, no inciso IV, a qualificação e o

aperfeiçoamento contínuo dos profissionais, assim como a melhoria das condições de trabalho.

Coerente com os princípios estabelecidos pelo ECA e ancorada nas diretrizes do

SINASE, a formação continuada deve ser priorizada para qualificar as práticas profissionais,

respeitando o reconhecimento dos adolescentes e jovens como pessoas em condição peculiar

de desenvolvimento (Brasil, 2012).

Portanto, a formação continuada é fundamental para a evolução e o aperfeiçoamento das

práticas socioeducativas, contribuindo para superar condutas assistencialistas e repressoras

ainda existentes. A discussão e elaboração coletiva das questões que permeiam a vida dos

adolescentes, bem como as estratégias de superação dos entraves na prática socioeducativa,

exigem uma formação técnica e humana permanente, com ênfase nos direitos humanos e no

compromisso com a transformação social (Brasil, 2006).

5 OBJETIVOS DA FORMAÇÃO CONTINUADA E PERMANENTE

5.1 Geral

Promover formação permanente e continuada nos níveis básico e específico, com

alinhamento teórico-prático sobre os condicionantes teóricos, técnicos, operacionais e legais

que regem ação dos profissionais do Atendimento Socioeducativo, de forma a favorecer ao(à)

adolescente a (re)significação de valores e o rompimento da prática de ato infracional,

considerando os parâmetros da Escola Nacional de Socioeducação;

**5.2 Específicos** 

a) Promover processo formativo, através de cursos e outras atividades, continuado e

permanente, de modo a assegurar alinhamento teórico-prático sobre os

condicionantes legais, conceituais e operacionais que regem ação dos profissionais

da Socioeducação;

b) incentivar, produzir e divulgar estudos, pesquisas e materiais técnico-científicos

sobre a Socioeducação, envolvendo os profissionais do sistema socioeducativo em

meios fechado, aberto e Instituições de Ensino Superior, Instituições Financiadoras

de Pesquisa, Organizações Não Governamentais (ONGs), Organização da

Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), Órgãos de Execução de Medidas

Socioeducativas;

c) desenvolver metodologias de formação que sejam problematizadoras e associadas

às práticas socioeducativas, possibilitando um diálogo entre profissionais atuantes

no sistema socioeducativo, especialistas e pesquisadores da temática;

d) aproximar os atores do sistema socioeducativo, tanto em meio aberto (Liberdade

Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade) quanto fechado, de modo a

assegurar a ação intersetorial entre estes e as demais políticas públicas;

e) criar registro e memória do SINASE no Maranhão.

DO MARANHÃO

ESTADO DO MARANHÃO FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (FUNAC) ESCOLA DE SOCIOEDUCAÇÃO DO MARANHÃO (ESMA)

6 METODOLOGIA

O cerne de qualquer proposta voltada ao desenvolvimento do ensino-aprendizagem está

no processo metodológico. Esse processo deve explicitar sua organização, as estratégias

priorizadas, bem como as técnicas e os recursos utilizados para que a formação ocorra de

maneira eficaz. A construção de uma identidade metodológica em uma instituição que se propõe

a formar pessoas para pensar, produzir e replicar conhecimento deve fundamentar-se em um

fazer pedagógico que articule teoria e prática, bem como a valorização dos saberes

profissionais, a troca de experiências e a reflexão crítica. Tal articulação possibilita a construção

coletiva do conhecimento e, consequentemente, a sistematização e o registro das práticas

institucionais dos profissionais do sistema socioeducativo.

Nesse sentido, a base que fundamenta o processo formativo da ESMA se alicerça em

um conjunto de referências que se alinham com o fazer socioeducativo, a exemplo de Paulo

Freire, Kay Pranis, dentre outros.

Paulo Freire, em seu pensamento sobre a formação continuada e permanente, nos orienta

que a constante reflexão crítica teórico-prática deve aprimorar o fazer cotidiano, aproximando-

os de tal modo que não haja distanciamento entre teoria e prática. Vale ressaltar que ao

desenvolver um processo contínuo de formação, compreende-se ainda, a necessidade de que

todos os profissionais, alçados à categoria de educadores, sejam incluídos no processo de

formação continuada. E espera-se, sobretudo, que além do crescimento pessoal, da mesma

forma, seja impactado o coletivo, possibilitando que todos os servidores da FUNAC alcancem

novos saberes, como também desempenhem com mais propriedade suas atribuições

profissionais (Freire, 2002).

A partir deste norteamento, registra-se ainda outros parâmetros que se colocam como

fundamentais para a construção da formação continuada e permanente desenvolvida por esta

Escola.

a) Valorização do saber profissional e intercâmbio de experiências

A interação das diversas categorias profissionais é um espaço propício para a

valorização e intercâmbio das experiências vivenciadas, sejam técnicas ou de outros saberes da

realidade concreta, na construção de um perfil educador em uma comunidade socioeducativa.

Freire defende que "[...] quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao

aprender" (Freire, 2002). Logo, se compreende que a formação não é apenas uma transferência

de conhecimento, mas uma troca de experiências das partes envolvidas no processo de

aprendizagem, a partir de sua relação social e historicamente construídas.

Dada a complexidade do atendimento socioeducativo, à ESMA cabe proporcionar

durante as formações momentos de intercâmbio de saberes em torno das temáticas debatidas

em suas atividades. É uma estratégia de fortalecer a atuação dos profissionais na diversidade

das áreas técnicas que envolvem o atendimento.

b) Construção coletiva do conhecimento

No campo da Socioeducação, a pesquisa é um instrumento essencial para a produção de

conhecimento que transforma e qualifica a ação socioeducativa direcionada a adolescentes e

jovens. Mais do que um exercício teórico, a pesquisa atua como um processo que rompe

barreiras, supera desafios e amplia horizontes, conduzindo a novas competências e ao

desenvolvimento de trilhas inovadoras de saber.

Sob essa ótica, a pesquisa assume um papel estratégico ao funcionar como um banco de

dados sobre as diversas dimensões da prática socioeducativa. Trata-se de um esforço que vai

além do ambiente institucional, utilizando fontes de informação primárias e secundárias e

adotando metodologias que possibilitam o cruzamento de dados. Assim, os resultados tornam-

se insumos valiosos para outros estudos e para a formulação de estratégias mais qualificadas no

campo da Socioeducação.

Ao consolidar a pesquisa como valor pedagógico, a ESMA não apenas qualifica os

profissionais que atuam no atendimento socioeducativo, mas também fortalece o compromisso

com uma abordagem que valoriza o aprendizado contínuo, o respeito à diversidade e a



promoção de direitos. Dessa forma, a pesquisa torna-se um elemento estruturante na construção de políticas públicas mais eficazes e humanizadas no campo da Socioeducação.

c) Práticas restaurativas na formação continuada e permanente

No processo sociopedagógico estabelecido pela FUNAC, entende-se a importância do diálogo e da metodologia das práticas restaurativas<sup>1</sup> como ferramentas que contribuem na construção de relações interpessoais saudáveis e respeitosas entre os profissionais do

atendimento socioeducativo e os socioeducandos e, especialmente, para mitigar situações de

quebra de vínculos e conflitos na Socioeducação.

Desta forma, compreende-se também a importância de agregar os princípios das práticas restaurativas aos processos formativos pela possibilidade de fortalecer o desenvolvimento da aprendizagem e a construção do conhecimento com o diálogo horizontalizado, o exercício do protagonismo, de cada um falar por si e da sua compreensão das experiências vivenciadas, e a escuta ativa. Esta mesclagem viabiliza ainda a percepção dos aspectos mais humanos de cada servidor nos processos formativos, e assim, é possível atingir camadas mais profundas do

desenvolvimento humano.

d) Humanização da formação do Sistema Socioeducativo

A complexidade do sistema socioeducativo exige dos profissionais o desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais que possibilitem a leitura dessa realidade e, ao

mesmo tempo, a compreensão das potencialidades e vulnerabilidades dos adolescentes e jovens

<sup>1</sup> A expressão "práticas restaurativas" se refere, de forma generalizada, às diversas estratégias (judiciais ou não) que se valem da visão, dos valores e dos procedimentos restaurativos, dando a oportunidade aos (às) envolvidos (as) de uma nova abordagem como resposta às infrações e para a resolução de problemas ou conflitos. Portanto, são consideradas práticas alternativas aos métodos tradicionais, correcionais e autoritários para se resolver situações de conflitos. Os valores restaurativos devem ser incorporados e praticados cotidianamente por todos, sem exceção, e são válidos para orientar reunião de qualquer natureza, independentemente de sua finalidade (PPS, 2024).

atendidos neste processo sociopedagógico, e das suas próprias limitações enquanto servidores

e ser humano.

Logo, o processo formativo em consonância com as diretrizes institucionais da FUNAC

e demais normativas nacionais, tem como primazia os direitos humanos, que assegure o pleno

desenvolvimento humano em seus aspectos biopsicossociais aos socioeducandos, a construção

de valores morais e éticos, a segurança, o respeito às diversidades (em toda sua extensão), o

combate às opressões e a compreensão da fragilidade humana, como estruturas presentes em

uma comunidade socioeducativa e também na sociedade.

Por fim, a integração de práticas humanizadas na perspectiva dos direitos humanos

também coaduna com os princípios da educação nacional, conforme estabelecido pela Lei de

Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/1996. A LDB enfatiza a

responsabilidade dos estados em desenvolver uma educação inspirada nos princípios de

liberdade e solidariedade humana, visando ao pleno desenvolvimento para o exercício da

cidadania e à sua qualificação para o trabalho.

6.1 Trilhas de aprendizagem em socioeducação

Com base nos parâmetros estabelecidos, para dar materialidade aos processos

formativos, a metodologia das Trilhas Formativas é a principal abordagem adotada pela ESMA,

uma vez que se configuram como percursos de atividades, pensadas com o intuito de

desenvolver habilidades e competências necessárias para diferentes contextos profissionais. A

abordagem das Trilhas de Aprendizagem foi introduzida no Brasil pela Lei nº 13.415/2017, que

alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Essa metodologia organiza situações de aprendizagem diversas e utiliza recursos

formativos para atender às necessidades dos servidores que atuam na privação e restrição de

liberdade. As trilhas são planejadas para os diferentes perfis profissionais (operacionais,

educadores, técnicos e gestores), agregam os debates contemporâneos que perpassam a

Socioeducação, e buscam estimular o desenvolvimento de competências técnicas e

comportamentais.

ESTADO DO MARANHÃO

FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (FUNAC) ESCOLA DE SOCIOEDUCAÇÃO DO MARANHÃO (ESMA)

De acordo com Freitas, as Trilhas de aprendizagem são assim denominadas por

apresentarem um instrumento que permite o aprendizado através de rotas flexíveis e alternativas

voltadas tanto para a busca da excelência profissional quanto para a excelência humana (Freitas,

2002).

A adoção dessa metodologia justifica-se pela necessidade de:

a) alinhar o conhecimento;

b) estimular a autonomia e o autodesenvolvimento;

c) promover a cultura de aprendizagem contínua;

d) potencializar o processo formativo e o desempenho profissional.

Ao contrário dos métodos tradicionais, as trilhas formativas permitem conectar diversas

áreas e combinam conteúdos teóricos e práticos, resultando em um desenvolvimento mais

eficiente e contextualizado. Além disso, reconhece-se que uma única atividade formativa não

abarca a complexidade do processo de construção e atualização do conhecimento. Assim, o

modelo de trilhas possibilita um caminho contínuo e aberto para novas experiências formativas,

em sintonia com o momento atual da Socioeducação no Brasil e em âmbito local.

Para que se efetive as Trilhas de Aprendizagem, a ESMA adota ainda as metodologias

ativas como ferramenta pedagógica no desenvolvimento dos processos formativos.

Compreende-se que as metodologias ativas são importantes instrumentos de ensino e

aprendizagem, pois nela os cursistas são estimulados a participarem do processo de forma

direta, a se tornarem protagonistas do processo de aprendizagem que se concretizam na criação

de estratégias, nas diferentes abordagens e técnicas diferenciadas "[...] centradas na participação

efetiva dos estudantes na consolidação da aprendizagem, de forma flexível, interligada"

(Moran, 2017).

Essa ferramenta se relaciona com a proposta da ESMA e com adoção de tecnologias

digitais nas formas de ensino híbrido que se apresentam como soluções atuais para os

aprendizes de hoje, que colocam o servidor no centro do processo de aprendizagem e construção

do conhecimento.

ESTADO DO MARANHÃO FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (FUNAC)

As estratégias incluem:

a) aprendizagem baseada em problemas;

b) exposição dialogada;

c) gamificação e desafios;

d) organização de grupos de trabalho.

Por sua vez, a execução das ações formativas pode ocorrer com maior preferência no formato presencial, que favorecem a interação, a troca de experiências entre os participantes e o uso das metodologias ativas, bem como no híbrido<sup>2</sup>, *online*<sup>3</sup> ou remoto<sup>4</sup>, considerando também os benefícios agregados pelo uso das tecnologias e da internet, a depender da configuração, necessidade e do público de cada ação formativa.

ESCOLA DE SOCIOEDUCAÇÃO DO MARANHÃO (ESMA)

Os recursos didáticos também são planejados conforme o conteúdo, perfil dos participantes e forma de execução, incluindo o uso de multimeios e materiais textuais, dentre outros. Em relação a plataformas, atualmente, a ESMA utiliza as plataformas gratuitas disponíveis pela empresa *Google* como o *Google Meet*, para os encontros online; o Google *Classroom*, para as atividades remotas. Além disso, considerando as diretrizes da LDB, existe o alinhamento com o tempo de aprendizagem, intercalando as atividades com pausas estratégicas para manter o foco e a qualidade do aprendizado.

Isto posto, as Trilhas Formativas adotadas pela ESMA se configuram da seguinte forma:

a) Trilha de Formação Básica em Socioeducação

Essa trilha tem como objetivo apresentar aos(às) cursistas-servidores(as) as principais legislações e parâmetros que regem o atendimento socioeducativo em âmbito nacional, com foco no meio fechado. Os documentos internos da FUNAC são centrais nessa formação,

<sup>2</sup> Formações com público presencial e *online*.

<sup>3</sup> Formações que se configuram com a presença dos cursistas e dos facilitadores de forma síncrona.

<sup>4</sup> Formações com uso de plataformas para estudos, com a presença dos cursistas e dos facilitadores de forma assíncrona.

oferecendo diretrizes para o trabalho e compreendendo categorias fundamentais como

adolescência, juventude e família. Ressalta-se que essa trilha deve ser cumprida

prioritariamente pelos(as) novos(as) servidores(as) ao ingressarem na Socioeducação.

b) Trilha em Rotinas Administrativas e Atendimento ao Público

Essa formação visa à compreensão de conteúdos e técnicas aplicáveis à execução de

procedimentos administrativos e ao uso de ferramentas essenciais à rotina de trabalho como

computadores, softwares, plataformas e trâmites processuais. Além disso, abrange temas

relacionados à comunicação, convivência e relacionamento interpessoal no ambiente

institucional.

c) Trilha das Práticas Restaurativas

Essa trilha tem como pilar central os processos restaurativos no atendimento

socioeducativo. Foca na autocomposição e gestão de conflitos, promovendo o diálogo como

meio de construção de relações respeitosas, utilizando os processos circulares, a comunicação

não-violenta e o gerenciamento socioemocional como ferramentas centrais.

d) Trilha de Formação em Atendimento Operacional Específico

Nesse sentido, esta trilha é destinada ao grupo de servidores que atuam tanto na recepção

e vigilância, como também nos serviços gerais, transporte e alimentação (cozinheiros e

auxiliares de cozinha). A trilha prevê formações nas áreas de conhecimento específicas para

cada grupo profissional.

e) Trilha de Gestão Socioeducativa

Destinada à formação de gestores, essa trilha articula teoria e prática no gerenciamento

das rotinas socioeducativas e administrativas. Aborda a gestão de processos e de pessoas com

base em parâmetros éticos, desenvolvimento pessoal e liderança, alinhados às demandas do

atendimento socioeducativo.

f) Trilha Sociopedagógica

Nessa trilha, são ofertadas as formações voltadas aos profissionais das equipes técnicas

que atuam no atendimento socioeducativo, com foco no desenvolvimento de práticas

humanizadas, pedagógicas e psicossociais. A formação aborda temas essenciais como

metodologias de atendimento, elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA), processos

disciplinares, trabalho com famílias e protagonismo juvenil. Além disso, destaca o uso de

dinâmicas de grupo, saúde mental, construção de projetos de vida e metodologias ativas,

garantindo um atendimento centrado no desenvolvimento integral dos adolescentes e jovens. A

formação específica para professores complementa a trilha, preparando educadores para uma

atuação pedagógica sensível e transformadora no contexto socioeducativo.

g) Trilha Segurança Socioeducativa

A Segurança Socioeducativa é concebida como área de atuação que possibilita a

execução do viés sociopedagógico das iniciativas de atendimento ao(a) adolescente/jovem e

sua família. Nesse sentido, com ações formativas teóricas e práticas, propõe-se nesta trilha a

construção dos conhecimentos centrais como a perspectiva das categorias de adolescência,

juventude e família, o princípio da pedagogia da presença, o diálogo como peça central do cerne

educativo, assim como o domínio técnico dos princípios de defesa pessoal e gerenciamento das

emoções em situações desafiadoras.

h) Trilha Direitos Humanos e Diversidades

Nessa linha de formação estão previstas as ações formativas sobre as temáticas

transversais em diversos âmbitos que perpassam a realidade da sociedade e da Socioeducação

como a pauta LGBTQIA+, Racismo, Diversidade Religiosa, Educação ambiental, dentre

outros.

i) Pesquisa em Socioeducação

O incentivo à produção de conhecimento sobre a Socioeducação se expressa nessa linha

de ação, por meio de iniciativas que fomentem os registros das práticas e experiências

produzidas no ambiente do atendimento socioeducativo (meio fechado e aberto) através de

artigos, relatos de experiências, notas técnicas e outras estruturas para que possam ser

socializadas em espaços coletivos de debates, assim como a publicação em livros, revistas

científicas e eventos formativos.

Quanto ao cumprimento da Formação Continuada, cada cursista-servidor(a) deverá

cumprir a trilha formativa, bem como outras formações gerais e específicas de acordo com a

formação/área em que atua, para o melhor desenvolvimento das suas atividades laborais no

espaço de trabalho em que está lotado.

No que tange à periodicidade, as trilhas serão executadas da seguinte forma:

a) Trilhas básica, de Rotinas Administrativas e Atendimento ao Público, de Práticas

Restaurativas e em Atendimento Operacional Específico: serão ofertadas as

formações obrigatórias de cada trilha nos primeiros seis meses de admissão no

atendimento socioeducativo em meio fechado.

b) Trilhas Específicas em Gestão Socioeducativa, Sociopedagógica e Segurança

Socioeducativa: serão ofertadas as formações obrigatórias de cada trilha no prazo de

até 1 (um) ano de admissão no atendimento socioeducativo em meio fechado. A

Trilha Sociopedagógica Específica é opcional para profissionais do meio aberto,

conforme a oferta. Após a conclusão da formação obrigatória nas trilhas citadas, o

cursista-servidor(a) deverá atualizar-se a cada dois anos de trabalho em meio

fechado.

c) Trilha Direitos Humanos e Diversidades e Pesquisa em Socioeducação - as atividades

serão ofertadas de forma contínua e concomitante às demais trilhas de formação.

6.2 Perfil dos facilitadores de conteúdo e cursistas

Para viabilizar os processos formativos, um componente essencial é o papel dos

Facilitadores de Conteúdo. Esses profissionais, com formação de nível superior ou reconhecida

expertise em seus campos de atuação, transcendem a mera transmissão de informações. Sua

principal função é dinamizar o aprendizado, criando um ambiente propício para o

aprofundamento teórico, o diálogo e a cooperação na construção compartilhada do

conhecimento.

A ESMA conta com um grupo diversificado de facilitadores oriundos de diferentes áreas

do conhecimento. Esses profissionais são orientados a conduzir os processos formativos de

maneira democrática, atuando como guias e mediadores da aprendizagem. Sua missão é apoiar

os cursistas na compreensão e aplicação efetiva dos conteúdos, promovendo uma formação

prática, reflexiva e alinhada às demandas do atendimento socioeducativo.

O trabalho dos facilitadores também envolve a criação de espaços para participação

ativa, reflexão crítica e resolução de problemas, elementos fundamentais para o aprendizado

transformador. Essa abordagem se inspira nos princípios de Paulo Freire, que defende que o

educador só se torna efetivo ao se reconhecer em sua realidade, refletindo continuamente sobre

sua prática cotidiana (Freire, 1991).

Além de desempenhar esse papel estratégico, a ESMA reconhece a importância da

formação contínua dos próprios facilitadores. Por isso, investe na atualização desses

profissionais, incentivando o uso de metodologias ativas e pedagogias inovadoras. Esse esforço

fortalece sua atuação e assegura que os processos formativos estejam alinhados às

especificidades e desafios do atendimento socioeducativo.



#### 6.2.1 Perfil dos facilitadores de conteúdo da ESMA

- a) Competência técnica e teórica:
  - domínio profundo do conteúdo abordado;
  - capacidade de relacionar teoria e prática, com foco no contexto socioeducativo.

#### b) Habilidades pedagógicas:

- capacidade de adaptar metodologias de ensino às necessidades e perfis dos cursistas:
- utilização de metodologias ativas que estimulem a autonomia e o protagonismo dos participantes;
- planejamento e organização de atividades dinâmicas e participativas.

#### c) Competências comunicativas:

- clareza e objetividade na apresentação dos conteúdos;
- escuta ativa para compreender as demandas e contribuir com soluções relevantes;
- capacidade de facilitar discussões e mediar conflitos de forma respeitosa.

#### d) Perfil colaborativo e reflexivo:

- disposição para aprender continuamente, refletindo sobre sua prática pedagógica;
- habilidade para trabalhar em equipe, promovendo um ambiente de cooperação.

#### e) Sensibilidade cultural e social:

- compreensão e valorização das diversidades culturais, sociais e religiosas

presentes no contexto socioeducativo;

capacidade de abordar questões sensíveis com respeito e ética.

f) Postura ética e profissional:

compromisso com a missão institucional e com os princípios da socioeducação;

responsabilidade em promover um ambiente seguro e acolhedor para os cursistas.

g) Habilidades socioemocionais:

inteligência emocional para lidar com desafios e adversidades durante o processo

formativo;

empatia e sensibilidade para compreender as necessidades dos cursistas.

A intencionalidade dos processos de formação continuada é ampliar o repertório teórico

e prático dos servidores, proporcionando aprofundamento nas diversas dimensões que

compõem o atendimento socioeducativo. Essas formações visam qualificar o atendimento

prestado aos adolescentes/jovens em cumprimento de Medidas Socioeducativas, garantindo

maior eficácia e humanização nos processos.

Nesse contexto, o cursista desempenha um papel central, pois é o principal sujeito do

processo de aprendizagem em Socioeducação. sua responsabilidade é aplicar os conhecimentos

adquiridos para aprimorar sua prática profissional, promovendo intervenções mais assertivas e

éticas.

A proposta formativa deve, portanto, possibilitar o desenvolvimento de habilidades e

competências específicas para o atendimento socioeducativo. O objetivo é fomentar nos

profissionais práticas baseadas no diálogo, no respeito aos direitos humanos e na construção de

um ambiente socioeducativo mais efetivo e transformador.

ESTADO DO MARANHÃO

FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (FUNAC) ESCOLA DE SOCIOEDUCAÇÃO DO MARANHÃO (ESMA)

6.2.2 Perfil do cursista-servidor(a) pós-formação

a) Maturidade socioemocional: capacidade de gerenciar as próprias emoções e

desenvolver autoconhecimento;

b) habilidade para o diálogo: reconhecer o diálogo como elemento essencial das

relações interpessoais;

c) construção de relações saudáveis: promover interações baseadas no respeito, na

empatia e na cooperação;

d) leitura crítica da realidade: desenvolver a capacidade de análise reflexiva sobre o

contexto socioeducativo e suas demandas;

e) proatividade e resolutividade: ser capaz de identificar problemas e atuar de maneira

eficaz, propondo soluções e intervenções adequadas;

f) compreensão dos direitos humanos: incorporar uma visão crítica e prática sobre os

direitos humanos no cotidiano profissional;

g) conhecimentos técnicos: dominar os aspectos teóricos e metodológicos que embasam

as práticas socioeducativas;

h) valorização da formação contínua: reconhecer a importância do aprendizado

constante como ferramenta para o aprimoramento profissional.

Assim, a formação continuada não apenas qualifica o servidor tecnicamente, mas

também o transforma em um agente mais consciente, ético e preparado para os desafios do

atendimento socioeducativo.

ESTADO DO MARANHÃO

FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (FUNAC) ESCOLA DE SOCIOEDUCAÇÃO DO MARANHÃO (ESMA)

7 AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

A avaliação é um elemento essencial em qualquer atividade pedagógica, pois permite

verificar e qualificar os resultados obtidos, assegurando sua coerência com os objetivos traçados

e com as diretrizes pedagógicas. Nesse sentido, Libâneo (1994) define a avaliação como um

componente do "[...] processo de ensino que visa, através da verificação e qualificação dos

resultados obtidos, determinar a correspondência destes com os objetivos propostos e, daí,

orientar a tomada de decisões em relação às atividades didáticas seguintes".

Na ESMA, a avaliação é conduzida de forma contínua, qualitativa e quantitativa, por

meio de atividades finais para cada área de conhecimento abordada. Contudo, essa prática não

se limita à mensuração de resultados, mas atua como um instrumento de construção do

conhecimento e transformação das práticas pedagógicas.

A ESMA fundamenta-se também na visão de Luckesi (2011), que ressalta a importância

de uma avaliação voltada para a emancipação humana, considerando o indivíduo como um ser

em constante construção e desenvolvimento. Nesse contexto, a formação prioriza a qualidade

do conhecimento e do aprendizado, valorizando os 3 (três) principais tipos de avaliação:

a) Diagnóstica: para compreender o nível inicial de conhecimento dos cursistas e suas

necessidades específicas.

b) Formativa: para acompanhar o processo de aprendizagem de maneira contínua,

ajustando as estratégias pedagógicas conforme necessário.

c) Somativa: para verificar a consolidação do conhecimento ao final de cada etapa

formativa.

Como reforça Novak (2000), os momentos de avaliação não podem ser fixos, mas

devem ser flexíveis e adaptados às variáveis mais relevantes para a obtenção de resultados

significativos. Assim, a ESMA compreende a avaliação como parte integrante do processo

pedagógico, focada não apenas em resultados numéricos, mas na transformação do aprendizado

como um todo.

D DO MARANHÃO

ESTADO DO MARANHÃO FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (FUNAC) ESCOLA DE SOCIOEDUCAÇÃO DO MARANHÃO (ESMA)

7.1 Monitoramento e flexibilidade no planejamento

A ESMA reconhece que o planejamento pedagógico deve ser flexível, considerando as

condições objetivas e o perfil dos cursistas servidores e facilitadores de conteúdo. Por isso, as

formações são constantemente avaliadas pela equipe pedagógica, que busca aperfeiçoar os

métodos e estratégias de ensino para atender às necessidades do público de maneira mais eficaz.

Além disso, o monitoramento do impacto do processo formativo é realizado por meio

de:

a) estabelecimento e monitoramento de metas alinhadas aos objetivos do Projeto

Sociopedagógico e Planejamento estratégico da FUNAC;

b) acompanhamento contínuo para avaliar a relevância e a efetividade dos conteúdos e

metodologias utilizados, com a finalidade de assegurar a coerência entre os

resultados obtidos e os objetivos propostos;

c) visão humanista da avaliação focada no desenvolvimento integral dos cursistas

servidores em suas dimensões profissional, social e emocional. A avaliação é

entendida como uma ferramenta para promover equidade, justiça e respeito aos

direitos humanos, contribuindo para a formação de servidores mais preparados para

os desafios do atendimento socioeducativo.

Dessa forma, a avaliação e o monitoramento tornam-se pilares do processo formativo,

assegurando qualidade, coerência e alinhamento com os princípios pedagógicos da ESMA.

25



#### REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 jan. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm. Acesso em: 14 jul. 2021.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 14 jul. 2021.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo – SINASE**. Brasília, DF: CONANDA, 2006. Disponível em: http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/sinase.pdf. Acesso em: 22 jun. 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LIBÂNEO, J. C. Avaliação escolar. *In*: LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez; 1994. p. 195-220.

LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011.

MORAN, J. Metodologias ativas e modelos híbridos na educação. *In*: YAEGASHI, S. *et. al.* (org.). **Novas tecnologias digitais**: reflexões sobre mediação, aprendizagem e desenvolvimento. Curitiba: CRV, 2017. p. 23-35. Disponível em: https://moran.eca.usp.br/wp-content/uploads/2018/03/Metodologias\_Ativas.pdf. Acesso em: 26 jan. 2024.

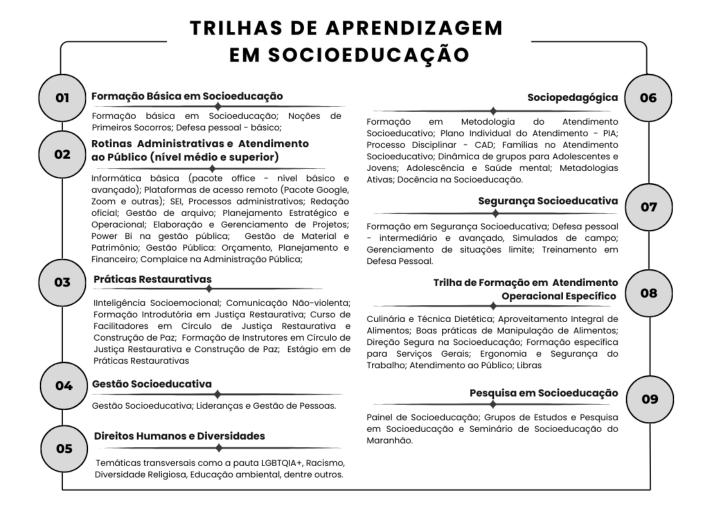
NOVAK, J. D. **Aprender a criar e utilizar o conhecimento**: mapas conceptuais como ferramentas de facilitação na escola e empresas. Lisboa: Plátano, 2000.

ZAGURY, T. **O professor refém**: para pais e professores entenderem por que fracassa a educação no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2006.



#### **ANEXOS**

#### 1. MAPA DE FORMAÇÕES E ATIVIDADES DAS TRILHAS FORMATIVAS



## 2. TRILHAS FORMATIVAS POR ÁREA DE ATUAÇÃO (requisitos formativos mínimos por área de atuação)

### 2.1. Administrativos, Serviços Gerais, Vigias, Recepção, Cozinheiras e profissionais da lavanderia

- Trilha da Formação Básica em Socioeducação
- Trilha de Formação em Atendimento Operacional Específico (cursos pertinentes a cada área de atuação)



- Trilha das Rotinas Administrativas (cursos pertinentes a cada área de atuação)
- Trilha das Práticas Restaurativas (Curso Introdutório em Práticas Restaurativas, Comunicação Não Violenta, Inteligência Socioemocional)
- Trilha Direitos Humanos e Diversidades

#### 2.2. Gestores e Coordenadores (Área Meio e Fim)

- Trilha da Formação Básica em Socioeducação
- Trilha em Gestão Socioeducativa
- Trilha das Rotinas Administrativas (cursos pertinentes a cada área de atuação)
- Trilha das Práticas Restaurativas (Curso Introdutório em Práticas Restaurativas, Comunicação Não Violenta, Inteligência Socioemocional)
- Trilha Direitos Humanos e Diversidades

#### 2.3. Técnicos e Coordenadores Técnicos (Área Meio e Fim)

- Trilha da Formação Básica em Socioeducação
- Trilha em Metodologia do Atendimento Socioeducativo
- Trilha das Rotinas Administrativas (cursos pertinentes a cada área de atuação)
- Trilha das Práticas Restaurativas (Curso Introdutório em Práticas Restaurativas, Comunicação Não Violenta, Inteligência Socioemocional)
- Trilha Direitos Humanos e Diversidades

#### 2.4. Educadores, Supervisores e Coordenadores de Segurança Socioeducativa

- Trilha da Formação Básica em Socioeducação
- Trilha em Segurança Socioeducativa
- Trilha das Rotinas Administrativas (cursos pertinentes a cada área de atuação)
- Trilha das Práticas Restaurativas (Curso Introdutório em Práticas Restaurativas, Comunicação Não Violenta, Inteligência Socioemocional)
- Trilha Direitos Humanos e Diversidades